

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão das Operações do Seguro DPVAT

A Seguradora Líder DPVAT, responsável pela administração das operações dos Consórcios do Seguro DPVAT, dos quais participam 70 Seguradoras, tem como compromisso assegurar à população, em todo território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT, administrando com transparência os recursos que lhe são confiados com a utilização de modernos métodos de gestão, além de apoiar ações que contribuam para a redução dos acidentes de trânsito.

Com o fim de balizar a sua gestão estratégica, a Seguradora Líder DPVAT estabeleceu as suas diretrizes, as quais são os alicerces para fazer o seu planejamento e garantir a preservação dos princípios que norteiam o funcionamento do Seguro DPVAT, através de Consórcios de Seguradoras, sendo eles:

- garantia de maior solidez às operações mediante a constituição das provisões técnicas exigidas pela regulamentação em vigor;
- garantia do atendimento adequado às vítimas e beneficiários por extensa rede distribuída em todo o território nacional;
- manutenção da administração centralizada, facilitando o seu acompanhamento, controle e fiscalização; e
- garantia do pagamento das indenizações, de todas as reclamações cobertas, dentro do prazo legal (máximo de 30 dias após o recebimento da documentação necessária).

Desempenho Operacional dos Consórcios do Seguro DPVAT

Indenizações Pagas - Em 2011, o Seguro DPVAT pagou R\$ 2,7 bilhões em despesas com indenizações por morte, invalidez permanente e reembolsos de despesas médicas e hospitalares, em favor de mais de 366 mil vítimas de acidentes de trânsito ou a seus beneficiários. Esse valor foi superior em R\$ 395,5 milhões (17%) ao montante pago em 2010.

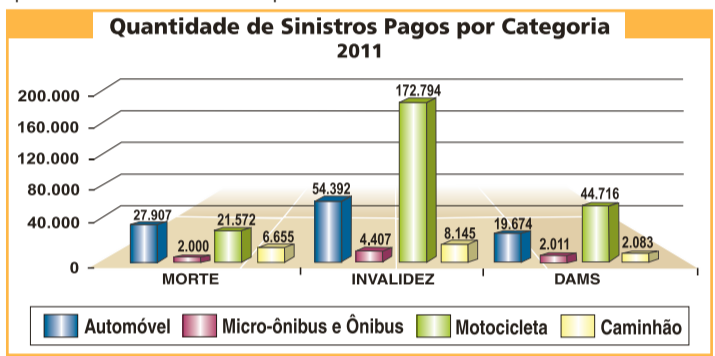
Somadas todas as categorias de veículos cobertas pelo Seguro DPVAT (carros, motos, ônibus e caminhões), foram pagas 58.134 indenizações por morte, 239.738 indenizações por invalidez permanente e 68.484 reembolsos de despesas médicas e hospitalares. Do total de pessoas que sofrem algum tipo de dano em acidentes de trânsito, mais de 70% estão na faixa etária de 18 a 44 anos, ou seja, na que concentra a maior parcela da população economicamente ativa do País.

Motocicletas - As motocicletas, embora representem uma frota bem menor em relação ao total de veículos do País (27%), foram responsáveis por 56% do valor total das indenizações pagas e mais de 65% da quantidade de vítimas indenizadas.

Foram 21.572 indenizações por morte em acidentes envolvendo motocicletas, o que representou 37% dos pagamentos por óbito de 2011. Em valores, essas indenizações chegaram a mais de R\$ 313,1 milhões.

Também chama a atenção no período o crescimento nas quantidades de indenizações por invalidez permanente, acima da média das demais garantias – Morte e DAMS - com destaque mais uma vez para os acidentes envolvendo motocicletas, que representaram 72% da quantidade de indenizações pagas por invalidez permanente.

Além disso, enquanto a frota nacional de veículos apresenta, na média, um índice de inadimplência em relação ao Seguro DPVAT na ordem de 27%, as motocicletas apresentam um índice de inadimplência na ordem de 37%.



Os acidentes com carros de passeio também tiveram peso nas indenizações do Seguro DPVAT. Ao todo, foram pagas 101.973 indenizações (R\$ 785,6 milhões), das quais 54.392 (R\$ 358,3 milhões) a título de invalidez permanente, seguindo-se os casos de morte 27.907 (R\$ 401,1 milhões) e reembolso de despesas médicas e hospitalares 19.674 (R\$ 26,3 milhões). Em 2011, cerca de 99% dos reembolsos das despesas médicas e hospitalares (DAMS) foram pagos diretamente às vítimas, reflexo da Lei nº 11.945/09, que, dentre outras disposições, veda a cessão de direitos a hospitais e clínicas do reembolso do DAMS. Antes dessa lei, somente 9% eram pagos diretamente às vítimas de trânsito. Isso comprova que a indenização está chegando efetivamente ao real beneficiário do Seguro DPVAT, permitindo-lhe ainda utilizar os recursos da indenização em sua totalidade.

Combate à Fraude - Em 2011 houve intensificação em ações de combate à fraude contra o Seguro DPVAT, as quais permitiram um aumento significativo de representações criminais, instauração de inquéritos policiais, denúncias acatadas pelo Ministério Público e sentenças condenatórias para as fraudes efetivamente comprovadas.

Repasses ao Governo Federal - O valor do Seguro DPVAT, pago atualmente, pelos proprietários de veículos é fixado pelo Governo Federal. Por determinação legal, metade dos recursos arrecadados pelo Seguro DPVAT, relativos à parcela dos prêmios tarifários,

é repassada ao Governo Federal com a seguinte destinação obrigatória: 45% para o Sistema Único de Saúde – SUS (Leis nºs 8.212/91 e 9.503/97), do Ministério da Saúde, para o custeio à assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes de trânsito, e 5% para o DENATRAN (Lei nº 9.503/97), do Ministério das Cidades, para campanhas de prevenção de acidentes e educação no trânsito. Em 2011 esses repasses representaram R\$ 3,0 bilhões para o SUS e R\$ 335,4 milhões para o DENATRAN.

Provisões Técnicas - É importante esclarecer que a legislação também obriga a constituição de provisões técnicas, destinadas a garantir o pagamento das indenizações devidas aos beneficiários do seguro. Em 2011, especificamente, quanto às Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL) e de IBNR (sigla formada pelas iniciais da expressão Sinistros Ocorridos e não Avisados em inglês), foram constituídas provisões no montante de R\$ 223,0 milhões.

A PSL destina-se a pagamentos dos eventos já avisados e não pagos; os que ainda não foram comunicados, mas que, segundo estimativa baseada em cálculos atuariais, serão avisados no prazo de três anos, estarão cobertos pela provisão de IBNR. A PSL inclui, além dos eventos ocorridos e já avisados às Seguradoras, as ações judiciais em curso. É importante mencionar que os Consórcios do Seguro DPVAT têm registrado uma evolução positiva no montante de provisões técnicas, as quais são integralmente cobertas por aplicações em fundos de investimentos, tendo acumulado cerca de R\$ 2,9 bilhões até 31 de dezembro de 2011.

Judicialização do Seguro DPVAT - Ao final de 2011 havia, em andamento, cerca de 269 mil ações judiciais, sendo 211 mil ações judiciais relativas à invalidez permanente, merecendo destacar que cerca de 58% (mais de 159 mil) destas ações foram ajuizadas sem que sequer tenha sido feito o pedido administrativo da indenização a uma Seguradora Consorciada, não obstante o reduzido prazo de pagamento pela via administrativa. Tal volume de ações judiciais motivou a Administração a implementar política de redução do passivo por meio de acordos judiciais, conciliações prévias e múltiplos de conciliação, política esta que encerrou 44.226 processos em 2011, com pagamento de R\$ 282,9 milhões em indenizações e economia da ordem de R\$ 613,8 milhões.

Arrecadação - Em 2011, mais de 50 milhões de proprietários de veículos pagaram o Seguro DPVAT, totalizando uma arrecadação de R\$ 6,7 bilhões.

Esta arrecadação é reflexo do crescimento da frota nacional de veículos, conjugado às melhorias nas rotinas de intercâmbio e atualização da base de dados da frota ativa de veículos implementadas com os 27 Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRANs, que permitiu maior agilidade no processamento das informações de pagamento de prêmios e redução da pendência de prêmios não identificados.

Destinação dos Recursos - Resumidamente, e de acordo com a legislação vigente, os recursos tiveram as seguintes destinações (em milhões de Reais):

Ano 2011		
Prêmios Arrecadados e sua Distribuição	R\$ milhões	%
Arrecadação Bruta	R\$ 6.706,5	100,00%
Repasses ao Governo Federal obrigatórios por lei:	R\$ (3.353,8)	- 50,00%
- Sistema Único de Saúde - SUS	R\$ (3.018,4)	- 45,00%
- Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	R\$ (335,4)	- 5,00%
Total dos prêmios arrecadados para a operação do Seguro DPVAT	R\$ 3.352,7	50,00%
Despesas com pagamentos de indenizações às vítimas de acidentes	R\$ (2.691,4)	- 40,13%
Constituição de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ (477,8)	- 7,12%
Despesas de Corretagem (Resolução CNSP nº 215/2010)	R\$ (48,8)	- 0,73%
Despesas Administrativas e Outras Receitas/ Despesas Operacionais	R\$ (195,4)	- 2,91%
Despesas com PIS e COFINS	R\$ (60,6)	- 0,90%
Resultado Operacional	R\$ (121,3)	- 1,80%
Resgate de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ 254,9	3,80%
Imposto de Renda e Contribuição Social	R\$ (53,4)	- 0,80%
Resultado das Consorciadas líquido de impostos e contribuições	R\$ 80,2	1,20%

Alcance e Responsabilidade Social

O Seguro DPVAT indeniza todas as vítimas de acidentes com veículos, ocorridos dentro do País, sejam pedestres, passageiros ou motoristas. As indenizações são pagas pelo Seguro DPVAT, independentemente da apuração de culpa ou da identificação do veículo causador do dano, sem a necessidade de intermediário.

Com a finalidade de ampliar e facilitar o acesso de todos os brasileiros a este importante instrumento de proteção social, a Seguradora Líder DPVAT vem investindo de forma consistente e contínua em campanhas institucionais sobre o Seguro DPVAT, através de mídia de amplitude nacional e ações regionais.

Especificamente, através de parceria firmada com os Correios foram abertos 606 novos pontos de atendimento, atingindo o número de 1.956 pontos em todo o território nacional (crescimento de 85% em relação a 2010).

Em 2011, as campanhas tiveram por foco a consolidação dos conhecimentos sobre o Seguro DPVAT, de modo a informar sobre seus benefícios à população (pedestres, motoristas, passageiros e motociclistas).

Ainda em 2011, a Seguradora Líder DPVAT criou o Centro de Estatística que tem por objetivo divulgar à sociedade, trimestralmente, estatísticas selecionadas sobre os acidentes de trânsito ocorridos em todo o território nacional.

Serviços de Atendimento ao Público - SAC, Redes Sociais e Ouvidoria

Para receber pedidos de informações, reclamações, dúvidas e sugestões a Seguradora Líder DPVAT mantém Serviço de Atendimento ao Público, via internet, no endereço www.dpvatsegurodotransito.com.br, e pelo SAC DPVAT através do telefone 0800 022 1204. O site DPVAT foi totalmente reformulado em 2011, incluindo vídeos sobre como solicitar as indenizações, além da disponibilização do atendimento via "chat". Também foram criadas páginas do Seguro DPVAT nas redes sociais (Facebook, Twitter e Youtube), possibilitando maior interação com a população.

No ano de 2011, foram registrados 674.797 atendimentos pelo SAC DPVAT e 4.823.202 consultas via internet.

Também está à disposição do público a Ouvidoria da Seguradora Líder DPVAT, conforme os sites www.dpvatsegurodotransito.com.br ou www.seguradoralider.com.br.

Perspectivas para o ano de 2012

Estão previstos gastos com os pagamentos de indenizações às vítimas de acidentes de trânsito da ordem de R\$ 3,2 bilhões em 2012, relativos a 463 mil sinistros englobando as garantias de morte, invalidez permanente e DAMS, refletindo diretamente nas provisões técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT, que deverão totalizar R\$ 3,1 bilhões em dezembro de 2012.

A expectativa é de obter-se uma arrecadação de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões de prêmios do Seguro DPVAT (líquida dos repasses ao SUS e DENATRAN), receita correspondente à emissão de 52,7 milhões de bilhetes, com base na previsão do crescimento anual da frota de veículos, estimado em 5% em relação ao ano de 2011.

Estratégia para o ano de 2012

Como principais ações em processo de desenvolvimento e consolidação pela Seguradora Líder DPVAT pode-se destacar:

- ampliação contínua da rede de atendimento ao público com implantação de novos pontos localizados em centenas de municípios, através do projeto Parceiro DPVAT e de parceria firmada com os Correios (cerca de 1.900 novos pontos de atendimento);
- continuidade nas campanhas de divulgação do Seguro DPVAT à toda população, incentivando o acesso direto da vítima e seus beneficiários ao Seguro DPVAT, sem a necessidade de utilização de intermediários;
- implementação de novas melhorias no SAC DPVAT com a integração das informações de todos os canais de atendimento via sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM) e implantação de operação ativa nos horários de menor fluxo;
- intensificação da atuação nas redes sociais, com base em estudo de mercado e monitoramento das menções sobre o Seguro DPVAT nesses canais;
- desenvolvimento de melhorias no sistema de monitoramento e gestão dos processos judiciais;
- continuidade na execução de políticas que visem à redução do número de ações judiciais propostas sem prévio pedido administrativo às seguradoras;
- monitoramento do funcionamento do sistema de *workflow* de sinistros, bem como continuidade nas implementações de melhoria do sistema;
- consolidação do novo sistema de monitoramento e combate à fraude, reduzindo a exposição do Seguro DPVAT e de seus beneficiários às ações de fraudadores; e
- consolidação da nova estrutura de Tecnologia da Informação para eficiente e eficaz suporte às ações de modernização e continuidade da operação.

Desempenho da Seguradora Líder DPVAT

As provisões técnicas da Seguradora Líder DPVAT atingiram R\$ 22,2 milhões, contra R\$ 19,5 milhões em 2010, representando crescimento de 14%.

O total de aplicações financeiras da Seguradora atingiu o montante de R\$ 42,4 milhões, sendo R\$ 20,2 milhões relativos aos ativos livres (carteira de giro) e R\$ 22,2 milhões relativos aos ativos garantidores das provisões técnicas. O crescimento destes ativos garantidores correspondeu a 13% em comparação ao valor de R\$ 19,6 milhões em 2010. O lucro líquido da Seguradora, depois dos impostos e contribuições, totalizou em 2011 o valor de R\$ 1,9 milhão, gerado pela sua participação de 0,7654% nos Consórcios do Seguro DPVAT e pelos rendimentos das aplicações financeiras do capital social integralizado, representando um retorno no ano de 10% sobre o Patrimônio Líquido médio de 2011 (R\$ 19,5 milhões).

O retorno sobre o Patrimônio Líquido médio do ano é reflexo da regulamentação que define a alocação dos recursos. Por essas normas, o resultado líquido das Seguradoras Consorciadas é limitado a 1,2% da arrecadação (conforme demonstrado no quadro acima). Existe um Acordo de Acionistas que contém regras de entrada e de saída de acionistas da Sociedade, regras específicas para alienação de participações e para eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como disposições sobre oeração de ações e execução por inadimplência de obrigações, além de outras disposições.

Publicação de dados no site da SUSEP

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do parecer de nossos auditores externos, e aprovadas pelo Conselho de Administração, por recomendação do Comitê de Auditoria, e pelo Conselho Fiscal, estão disponíveis no site www.seguradoralider.com.br e foram enviadas para disponibilização no site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Agradecimentos

A Seguradora Líder-DPVAT registra os agradecimentos aos acionistas, à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, às demais autoridades públicas, aos seus colaboradores e parceiros comerciais.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012.
A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E DE 2010

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			(Em milhares de reais)	
	2011	2010	2011	2010
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Circulante	248.253	215.166	Circulante	215.368
Disponível	5.709	7.305	Contas a pagar	114.811
Caixa e equivalente de caixa - Consórcios DPVAT (Nota 6)	5.709	7.305	Obrigações a pagar - Consórcios DPVAT (Nota 10)	21.982
Aplicações (Notas 6 e 7)	210.577	140.905	Impostos e encargos sociais a recolher - Consórcios DPVAT	2.734
Aplicações - Seguradora Líder	42.385	38.489	Encargos trabalhistas - Consórcios DPVAT	2.755
Aplicações - Consórcios DPVAT	168.192	102.416	Impostos e contribuições - Seguradora Líder	86
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 8)	534	18.359	Resultados a distribuir - Consórcios DPVAT (Nota 11)	58.845
Outros créditos operacionais - Seguradora Líder	534	504	Outras contas a pagar - Consórcios DPVAT (Nota 24)	27.958
Outros créditos operacionais - Consórcios DPVAT	17.855	17.855	Outras contas a pagar - Seguradora Líder	451
Títulos e créditos a receber (Nota 9)	31.246	48.587	Débitos de operações com seguros	16.176
Outros créditos - Consórcios DPVAT	38.108	55.321	Prêmios a restituir - Consórcios DPVAT	4
Outros créditos - Seguradora Líder	18	146	Corretores de seguros - Consórcios DPVAT	5.658
Provisão para riscos de créditos - Consórcios DPVAT	(6.880)	(6.880)	Detrans - Consórcios DPVAT (Nota 12)	5.012
Despesas antecipadas - Consórcios DPVAT	187	10	Outros débitos operacionais - Seguradora Líder	8
Não circulante	481	8.234	Outros débitos operacionais - Consórcios DPVAT	5.494
Realizável a longo prazo	410	8.169	Depósitos de terceiros - Consórcios DPVAT (Nota 13)	62.039
Títulos e créditos a receber	410	8.169	Provisões técnicas - Seguros e resseguros (Nota 14)	22.182
Outros créditos a receber - Consórcios DPVAT	1.880	9.639	Sinistros a liquidar - Seguradora Líder	14.851
Provisão para riscos de crédito - Consórcios DPVAT	(1.470)	(1.470)	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados - Seguradora Líder	7.271
Permanente	71	65	Outras provisões - Seguradora Líder	60
Imobilizado - Seguradora Líder	51	51	Provisões judiciais - Consórcios DPVAT	160
Intangível - Seguradora Líder	20	14	Não circulante	33.366
Total do ativo	248.734	223.400	Exigível a longo prazo (Nota 17)	13.156
			Obrigações a pagar - Consórcios DPVAT	29
			Outros débitos - Seguradora Líder	72
			Outros débitos - Consórcios DPVAT	13.055
			Total do passivo	228.524
			Patrimônio líquido - Seguradora Líder (Nota 18)	20.210
			Capital social	15.000
			Reservas de lucros	5.210
			Total do passivo e patrimônio líquido	248.734

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						(Em milhares de reais)	
	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
		Legal	Estatutária				
Saldos em 1º de janeiro de 2010	15.000	168	2.392	11	1.581	17.571	
Lucro líquido do exercício				(11)	1.581	1.581	
Ajuste a valor justo de aplicações - resultado abrangente						(11)	
Destinação do lucro							
Reserva legal		79				(79)	
Reserva estatutária			1.127			(1.127)	
Dividendos propostos (R\$ 25,00 por lote de mil ações)						(375)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.000	247	3.519		1.895	18.766	
Lucro líquido do exercício					1.895	1.895	
Destinação do lucro							
Reserva legal		95				(95)	
Reserva estatutária			1.349			(1.349)	
Dividendos propostos (R\$ 30,00 por lote de mil ações)						(451)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.000	342	4.868			20.210	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
	2011	2010	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	6.706.505	5.797.374		
Prêmios cedidos - repasses obrigatórios (Nota 21(a))	(3.353.749)	(2.899.205)		
Prêmios cedidos - repasses aos Consórcios DPVAT	(3.327.446)	(2.874.335)		
Prêmios retidos	25.310	23.834		
Varição das provisões técnicas	(28)	130		
Prêmios ganhos (Nota 20)	25.282	23.964		
Sinistros diretos	(2.914.407)	(2.536.321)		
Sinistros - repasse aos Consórcios DPVAT	2.892.406	2.515.463		
Sinistros retidos (Nota 21(b))	(22.001)	(20.858)		
Despesas de comercialização (Nota 21(c))	(368)	(342)		
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 21(d))	155	105		
Despesas administrativas (Nota 21(e))	(1.679)	(1.553)		
Despesas com tributos (Nota 21(f))	(462)	(427)		
Resultado financeiro (Nota 21(g))	2.208	1.734		
Resultado operacional	3.135	2.623		
Resultado antes dos impostos e participações	3.135	2.623		
Imposto de renda (Nota 19)	(737)	(629)		
Contribuição social (Nota 19)	(467)	(392)		
Participações sobre o resultado	(36)	(21)		
Lucro líquido do exercício	1.895	1.581		
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício atribuível aos acionistas - básico e diluído ...	126,33	105,40		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício	1.895	1.581		
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste a valor justo de aplicações				(11)
Total do resultado abrangente do exercício	1.895	1.570		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			(Em milhares de reais)	

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais
(a) A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder - DPVAT") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2007 e autorizada a operar pela Portaria da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP nº 2.797 de 4 de dezembro de 2007. A Seguradora Líder - DPVAT atua com a finalidade de promover o alinhamento das operações do Seguro DPVAT (Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não) com as deliberações da Resolução nº 154, de 8 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, a qual determinou a substituição dos Convênios por Consórcios, constituídos na forma da Lei das Sociedades por Ações, e estabeleceu que a administração desses Consórcios fosse realizada por uma seguradora especializada. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2008, a Seguradora Líder - DPVAT foi designada para a função de líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT e, como sua administradora, tem as principais funções de: recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, revisar a regulação e liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos Consórcios. A Seguradora Líder - DPVAT não recebe remuneração pela prestação de seus serviços de administração dos Consórcios e o custo de sua estrutura administrativa diretamente vinculada aos Consórcios são a eles imputado. Até 31 de dezembro de 2007, as atividades de administração das operações do Seguro DPVAT eram exercidas pela FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, cuja equipe de profissionais e estruturas administrativa e operacional foram, também, transferidas para a Seguradora Líder - DPVAT.

(b) Como integrante dos Consórcios de Seguros DPVAT Além de atuar como líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT, a Seguradora Líder - DPVAT também deles participa, sendo o resultado oriundo dos referidos Consórcios refletido em suas demonstrações financeiras, mediante aplicação dos seguintes percentuais de participação:

Período	% (*)
De outubro a dezembro de 2009	0,83005
De janeiro a março de 2010	0,83148
De abril a dezembro de 2010	0,81748
De janeiro a março de 2011	0,75204
De abril a dezembro de 2011	0,75643

(*) Os percentuais de participação acima são calculados considerando 50% com base no patrimônio líquido ajustado (PLA) de cada seguradora participante dos Consórcios, mais 50% divididos em partes iguais, por metodologia de cálculo definida no instrumento de constituição dos mesmos.

As seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcios, entre as quais a Seguradora Líder - DPVAT, operam o seguro DPVAT para os veículos automotores de categorias específicas, conforme tabela de prêmios de DPVAT constante da Resolução CNSP nº 215/10, assumindo os direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos por meio dos bilhetes conjuguados aos certificados de registro e licenciamento, emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, em todo o território nacional. Para operar o seguro DPVAT, as seguradoras aderiram, simultaneamente, aos dois únicos Consórcios de seguro DPVAT, mediante manifestação escrita de adesão na qual aceitam integralmente as cláusulas e condições dos mesmos, acompanhada de autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em caso de desligamento voluntário, a seguradora requerente transferirá a sua parcela de IBNR e demais provisões técnicas do DPVAT para os demais seguradoras, após análise pela Seguradora Líder - DPVAT da suficiência da margem de solvência das seguradoras remanescentes para operar o referido seguro. A exclusão da seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, após o transcurso de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

Os prêmios tarifários, as indenizações por cobertura e os percentuais de repasse dos prêmios arrecadados são distribuídos entre as seguradoras, conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e divulgados pela SUSEP. Dessa forma, conforme Resolução CNSP nº 215/2010, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011, os prêmios tarifários arrecadados relativos às categorias 1, 2, 9 e 10 (Consórcio 1) e às categorias 3 e 4 (Consórcio 2) são assim distribuídos:

Componentes	Consórcio 1 (%)	Consórcio 2 (%)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	45,0	45,0
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	5,0	5,0
Seguradora	50,0	50,0
Despesas gerais (*)	3,6790	8,2088
Prêmio puro + IBNR (*)	43,8210	31,7912
Corretagem	0,5	8,0
Margem do resultado	2,0	2,0
	100	100

Até 31 de dezembro de 2010, conforme Resolução CNSP nº 192/2008, os prêmios tarifários arrecadados eram assim distribuídos:

Componentes	Consórcio 1 (%)	Consórcio 2 (%)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	45,0	45,0
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	5,0	5,0
Seguradoras	50,0	50,0
Despesas gerais (*)	3,4428	6,5629
Prêmio puro + IBNR (*)	44,0572	33,4371
Corretagem	0,5	8,0
Margem do resultado	2,0	2,0
	100	100

(*) Ver critério de cálculo na Nota 2.10.

As posições patrimoniais dos Consórcios administrados pela Seguradora Líder - DPVAT, estão demonstradas como segue:

	2011	2010
Ativo		
Circulante	205.316	176.027
Disponível (i)	5.709	7.305
Ativos financeiros	168.192	102.416
Outros créditos operacionais (i)	168.192	102.416
Títulos e créditos a receber (ii)	31.228	48.441
Despesas antecipadas (i)	187	10
Não circulante	2.932.963	2.401.854
Aplicações		
Títulos para cobertura de provisões técnicas (ii)	2.932.553	2.393.685
Títulos e créditos a receber (i)	8.169	410
Total do ativo	3.138.279	2.569.712
Passivo		
Circulante	3.125	2.557
Contas a pagar (i)	114.274	81.294
Débitos com operações de seguros (i)	16.168	65.604
Depósitos de terceiros (i)	62.039	24.982
Provisões judiciais (i)	160	
Provisões técnicas (ii)	2.932.554	2.395.516
Sinistros ocorridos e em andamento	961.246	143.005
Sinistros a liquidar	1.963.326	2.236.991
Outras provisões (PDA)	7.982	5.520
Não circulante	13.084	12.316
Outros débitos (i)	13.084	12.316
Total do passivo	3.138.279	2.569.712

(i) Saldos também registrados nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder - DPVAT para posterior transferência aos Consórcios.

(ii) Saldos submetidos a procedimentos de auditoria para fins de determinação dos seus efeitos nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder - DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados na Nota 1(b).

Os Consórcios afirmaram os seguintes resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro (incluindo a Seguradora Líder, pois a mesma também é consorciada):

	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos (i)	6.706.505	5.797.374
Repasses obrigatórios (i)	(3.353.749)	(2.899.205)
Prêmios retidos	3.352.756	2.898.169
Variação das provisões decorrente de ajustes (3.719)	(3.719)	15.898
Prêmios ganhos	3.349.038	2.914.057
Sinistros retidos (i)	(2.914.407)	(2.536.321)
Despesas de comercialização (ii)	(48.775)	(41.585)
Outras receitas e despesas operacionais (ii)	20.498	12.812
Despesas administrativas (ii)	(223.081)	(190.273)
Despesas com tributos (ii)	(61.201)	(60.890)
Resultado financeiro (ii)	11.574	7.629

Prejuízo na alienação de bens (i) (11)

Resultado dos Consórcios 133.634 115.430

(i) Valores registrados nas demonstrações do resultado da Seguradora Líder - DPVAT e que foram objeto de repasse aos Consórcios.

(ii) Valores submetidos a procedimentos de auditoria para fins de determinação dos seus efeitos nas demonstrações do resultado da Seguradora Líder - DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados na Nota 1(b).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Seguradora em 15 de fevereiro de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis
Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos serão amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, à medida que entrarem em operação.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas contas "avaliados ao valor justo por meio do resultado". A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis da Seguradora. Após a data que receberam maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, os que não contrariam o Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Seguradora.

2.3. Disponível - caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento dos compromissos de curto prazo dos consórcios.

2.4. Ativos financeiros
2.4.1. Classificação
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.4.2. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.4.3. Estimativa do valor justo
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. A Seguradora aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quanto todos os dados são observáveis no mercado aberto;
- Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. Na Nota 7 encontra-se a composição das aplicações financeiras, as quais foram classificadas no Nível 1.

2.4.4. Compensação de ativos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los num base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços ativos de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Seguradora.

A Seguradora avalia, no final de cada período do relatório, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment, como resultado, de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos fluxos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser mensurado de maneira confiável.

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Seguradora avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença, entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os custos de angariação decorrentes dos cancelamentos, restituições e cessões, de acordo com o prazo de vigência dos bilhetes (ano civil).

Os repasses obrigatórios dos prêmios tarifários arrecadados, conforme critérios de distribuição estabelecidos pela Resolução CNSP nº 215/2010 a partir de 2011 e 192/2008 até 31 de dezembro de 2010;

os repasses, para os consórcios, dos prêmios tarifários arrecadados (prêmios emitidos líquidos) e dos sinistros diretos na proporção correspondente às quotas das demais seguradoras integrantes dos consórcios;

as diferenças das provisões técnicas calculadas conforme critério de cálculo descrito na Nota 2.10;

os sinistros pagos mediante liquidação financeira;

a participação dos funcionários, aprovada com base em programa próprio, consoante a Lei nº 10.101 de 19/12/2006, a arquivado no sindicato da categoria;

a receita e as despesas financeiras, reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável; e

as demais receitas e despesas de acordo com o regime de competência.

2.5. Intangível - programas de computador (softwares)
Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos serão amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, à medida que entrarem em operação.

2.6. Impairment de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7. Provisões técnicas - seguros
São constituídas com base em critérios de cálculo definidos, especificamente, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados para o ramo DPVAT, por meio da Resolução CNSP nº 153/06, conforme abaixo. Sobre o montante calculado de acordo com a referida metodologia, é aplicado o percentual de participação que cabe à Seguradora Líder - DPVAT para o cálculo das provisões técnicas de sua responsabilidade.

(a) Sinistros a liquidar - PSL
Constituída para cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até à data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida, a partir dos recursos originários do respectivo IBNR, que deverá ser ajustado considerando a variação mensal da PSL. Os seguintes critérios são adotados para o cálculo da PSL:

- (i) Sinistro em demanda judicial com ação transitada em julgado: valor da sentença.
- (ii) Sinistros administrativos para cobertura de morte: valor máximo de indenização estabelecido pelo CNSP.
- (iii) Sinistros administrativos para as demais coberturas e sinistros em demanda judicial para ações em trâmite: (i) valor acordado entre a Seguradora e o segurado ou (ii) valor reclamado pelo segurado quando aceite pela Seguradora ou (iii) valor estimado pela Seguradora quando o segurado não tenha indicado o valor do sinistro ou (iv) valor igual à metade da soma da indenização reclamada pelo segurado e da estimada pela Seguradora, quando houver divergência de avaliação, limitado ao valor máximo de indenização estabelecido pelo CNSP.

De acordo com nota técnica encaminhada pela Seguradora Líder - DPVAT à SUSEP, com aplicabilidade a partir de 2009, as estimativas de sinistros administrativos e judiciais passaram a considerar, também, as seguintes premissas:

- (a) Sinistros administrativos: probabilidade de ocorrência de sinistros negados por ausência de cobertura, calculada com base no histórico de ocorrências dos últimos seis meses.
- (b) Sinistros administrativos por invalidez e despesas médico-hospitalares: histórico do valor médio indenizado nos últimos seis meses, desde que não exceda ao valor máximo de cobertura.
- (c) Sinistros judiciais: histórico de ações judiciais ganhas ou com perdas parciais, calculado com base nos eventos ocorridos nos últimos seis meses.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR
É calculada pela diferença entre o valor obtido pelo percentual aplicado sobre prêmios arrecadados (2011: 43.8210% para o Consórcio 1 e 31.7912% para o Consórcio 2; 2010: 44.0572% para o Consórcio 1 e 33.4371% para o Consórcio 2) e o somatório dos sinistros efetivamente pagos. Se a referida diferença for negativa, o montante correspondente deverá ser baixado do IBNR.

• Provisão de despesas administrativas - PDA
Registrada na rubrica "Outras provisões", é constituída por meio da apuração mensal do resultado administrativo de cada Consórcio. O referido resultado administrativo é determinado pela diferença do percentual aplicado sobre os prêmios arrecadados (2011: 3.6790% para o Consórcio 1 e 6,2088% para o Consórcio 2; 2010: 3.4428% para o Consórcio 1 e 6,5629% para o Consórcio 2) e as despesas administrativas efetivamente realizadas pelo Consórcio no correspondente mês. Eventuais déficits são abatidos da PDA acumulada do mês anterior e, não havendo saldo suficiente, as seguradoras que compõem o convênio DPVAT deverão suprir a insuficiência.

• Aplicação dos recursos das provisões
Os recursos das provisões são capitalizados mensalmente pela rentabilidade obtida pela carteira de investimento dos seus ativos garantidores.

• Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
Conforme disposto na Circular SUSEP nº 410/10, o teste de adequação dos passivos requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros não é requerido às operações do Seguro DPVAT.

2.11. Demais passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até à data do balanço.

2.12. Ativos e passivos contingentes
(i) **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Seguradora possui total controle da situação ou quando há garantias reais e decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas, quando aplicável.

(ii) **Passivos contingentes:** são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

2.13. Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor (Nota 1(b)).

2.14. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- a apropriação ao reser de créditos prêmios tarifários e comissões, incluindo os custos de angariação decorrentes dos cancelamentos, restituições e cessões, de acordo com o prazo de vigência dos bilhetes (ano civil);
- os repasses obrigatórios dos prêmios tarifários arrecadados, conforme critérios de distribuição estabelecidos pela Resolução CNSP nº 215/2010 a partir de 2011 e 192/2008 até 31 de dezembro de 2010;
- os repasses, para os consórcios, dos prêmios tarifários arrecadados (prêmios emitidos líquidos) e dos sinistros diretos na proporção correspondente às quotas das demais seguradoras integrantes dos consórcios;
- as diferenças das provisões técnicas calculadas conforme critério de cálculo descrito na Nota 2.10;
- os sinistros pagos mediante liquidação financeira;
- a participação dos funcionários, aprovada com base em programa próprio, consoante a Lei nº 10.101 de 19/12/2006, a arquivado no sindicato da categoria;
- a receita e as despesas financeiras, reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável; e
- as demais receitas e despesas de acordo com o regime de competência.

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e premissas contábeis críticas
Como base em premissas, a Seguradora faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**
O componente crítico a ser avaliado é o julgamento de se utiliza estimativa e na constituição dos passivos de seguros da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração, sendo que, as provisões relacionadas a seguros são, exclusivamente, determinadas de acordo com critério de cálculo definido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, conforme descrito na Nota 2.10. Dessa forma, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras para tais obrigações.

4. Gestão de risco financeiro
4.1. Riscos financeiros
A Seguradora possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Seguradora foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A administração examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(a) **Risco de crédito**
A Seguradora administra os Consórcios do Seguro DPVAT em todo os principais fluxos receber os prêmios, consoante a emissão dos bilhetes, revisar a regulação e liquidar os sinistros e pagar as despesas da administração com os recursos dos Consórcios. Não há, segundo a administração da Seguradora, portanto, risco relevante de crédito no que tange ao seu contas a receber.

(b) **Risco de liquidez**
O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações, tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de gestão de liquidez e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento de risco de liquidez
O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações em conjunto com a gerência de investimentos, que é a responsável pela liquidez dos instrumentos financeiros utilizado na gestão das aplicações financeiras, utilizando Estudo de Macro Alocação de Ativos (ALM) elaborado por consultoria externa. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez de caixa, são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração. A gerência financeira monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobre de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em fundos de investimentos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou líquido suficiente para atender as responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, a carteira da Seguradora está aplicada em fundos de investimentos lastreados 100% em títulos públicos federais.

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Comportamento da PSL
Para melhor entendimento, a análise da sinistralidade é apresentada para todo o ramo DPVAT e não somente para a Seguradora Líder - DPVAT. O valor concernente à Seguradora Líder - DPVAT, é obtido através da aplicação dos percentuais mencionados na nota de contexto operacional.

PSL judicial e administrativa

	2008	2009	2010	2011
Provisão para sinistros no fim do exercício anterior ..	988.597	1.284.688	1.792.459	2.236.991
Sinistros avisados				
Período atual	719.982	669.019	831.715	1.087.638
Períodos anteriores	1.708.807	1.880.417	1.968.235	2.043.328
	2.428.789	2.549.436	2.799.950	3.130.966

Pagamentos

Período atual	(418.550)	(398.004)	(431.753)	(565.876)
Períodos anteriores	(1.058.879)	(1.407.709)	(1.597.037)	(1.722.010)
	(1.477.429)	(1.805.713)	(2.028.790)	(2.287.886)

Reversão de sinistros sem pagamento

	(655.269)	(235.952)	(326.628)	(1.116.745)
--	-----------	-----------	-----------	-------------

Provisões para sinistros no fim do exercício (Nota 1(b))

	1.284.688	1.792.459	2.236.991	1.963.326
--	-----------	-----------	-----------	-----------

PSL Administrativa

	2008	2009	2010	2011
--	------	------	------	------

Provisão para sinistros no fim do exercício anterior ..

	359.212	348.866	321.432	377.909
--	---------	---------	---------	---------

Sinistros avisados

Exercício atual	1.503.164	1.417.873	1.613.725	2.109.479
-----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------

Exercícios anteriores

	674.438	635.697	777.924	1.035.276
--	---------	---------	---------	-----------

Pagamentos

Exercício atual	(963.768)	(953.837)	(919.746)	(1.281.417)
-----------------------	-----------	-----------	-----------	-------------

Exercícios anteriores

	(413.822)	(395.544)	(428.050)	(560.839)
--	-----------	-----------	-----------	-----------

Reversão de sinistros sem pagamento

	(552.113)	(491.468)	(637.502)	(823.414)
--	-----------	-----------	-----------	-----------

Provisões para sinistros no fim do exercício

	348.866	321.433	377.909	382.556
--	---------	---------	---------	---------

PSL Judicial

	2008	2009	2010	2011
--	------	------	------	------

Provisão para sinistros no fim do exercício anterior ..

	629.385	938.192	1.471.025	1.859.081
--	---------	---------	-----------	-----------

Sinistros avisados

Exercício atual	925.627	1.131.564	1.186.226	1.021.488
-----------------------	---------	-----------	-----------	-----------

Exercícios anteriores

	45.544	33.322	53.791	52.362
--	--------	--------	--------	--------

Pagamentos

Exercício atual	(511.293)	(854.248)	(1.109.043)	(1.006.470)
-----------------------	-----------	-----------	-------------	-------------

Exercícios anteriores

	(4.728)	(2.459)	(3.706)	(5.038)
--	---------	---------	---------	---------

Reversão de sinistros sem pagamento

	(105.526)	255.517	310.874	(293.330)
--	-----------	---------	---------	-----------

Provisões para sinistros no fim do exercício

	938.193	1.471.025	1.859.082	1.580.769
--	---------	-----------	-----------	-----------

(d) Desenvolvimento de sinistros

Sinistros avisados	até 2008	2009	2010	2011	Total
--------------------	----------	------	------	------	-------

No ano do aviso	1.287.059	1.088.205	1.215.647	1.083.098	
----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	--

Um ano após aviso	1.343.226	1.100.323	979.748		
-------------------	-----------	-----------	---------	--	--

Dois anos após					
----------------	--	--	--	--	--

aviso	1.457.541	1.084.256			
-------------	-----------	-----------	--	--	--

Três anos após					
----------------	--	--	--	--	--

aviso	1.264.978				
-------------	-----------	--	--	--	--

Pagamentos					
------------	--	--	--	--	--

efetuados	(1.109.712)	(826.915)	(512.127)		(2.448.754)
-----------------	-------------	-----------	-----------	--	-------------

Pendentes	155.266	257.341	467.621	1.083.098	1.963.326
-----------------	---------	---------	---------	-----------	-----------

Saldo da PSL					1.963.326
--------------------	--	--	--	--	-----------

(e) Aging da PSL judicial

Faixa (Anos)	Sinistro judicial - Consórcios		Sinistro judicial - Seguradora Líder	
	PSL (R\$)	Quantidade	PSL (R\$)	Quantidade

0 - 1	715.112	123.318	5.409	932
-------------	---------	---------	-------	-----

1 - 2	455.537	73.592	3.446	557
-------------	---------	--------	-------	-----

2 - 3	255.406	38.984	1.932	295
-------------	---------	--------	-------	-----

3 - 4	136.836	21.806	1.035	165
-------------	---------	--------	-------	-----

4 - 5	14.997	2.492	113	19
-------------	--------	-------	-----	----

5 <	2.881	545	22	4
-----------	-------	-----	----	---

Total	1.580.769	260.737	11.957	1.972
--------------------	------------------	----------------	---------------	--------------

17. Passivo não circulante - Exigível a longo prazo

Refere-se, principalmente, à provisão para contingências formadas para subsidiar os custos administrativos decorrentes de eventual dissolução dos Consórcios. A provisão é acrescida pelas contribuições feitas pelas seguradoras quando do seu desligamento dos Consórcios, pagas em doze prestações mensais, conforme definido no instrumento de constituição dos Consórcios. Essas contribuições são calculadas pela diferença entre a parcela de responsabilidade da seguradora retirante, apurada com base no valor total projetado dos custos administrativos a serem auferidos, e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante já integralizado (saldo da provisão) na data de sua saída.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 15.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscrito por 60 seguradoras domiciliadas no País (Nota 1) - (31 de dezembro de 2010 - 56 seguradoras). Em conformidade com a Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, a composição acionária até o seu último nível de controle, encontra-se assim distribuída:

Companhia acionista	Quantidade de ações
Aliança do Brasil Seguros S/A	162.450
American Life Companhia de Seguros	135.303
Atlântica Companhia de Seguros	135.397
Azul Companhia de Seguros Gerais	222.761
Banestes Seguros S/A	151.912
BCS Seguros S/A	139.147
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	475.288
Bradesco Vida e Previdência S/A	1.496.553
Brasil Veículos Companhia de Seguros	241.623
BVA Seguros S/A	127.836
Caixa Seguradora S/A	736.476
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A	368.277
Centaurus Vida e Previdência S/A	128.895
Cescebrasil Seguros de Garantias e Créditos S/A	134.118
Chartis Seguros Brasil S/A	194.708
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência	129.619
Companhia de Seguros Aliança da Bahia	168.316
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	391.274
Companhia de Seguros Previdência do Sul	141.238
Companhia Excelsior de Seguros	138.590
Companhia Mutual de Seguros	133.332
CONAPP Companhia Nacional de Seguros	133.236
Confiança Companhia de Seguros	143.144
Dayprev Vida e Previdência S/A	132.575
Fator Seguradora S/A	179.167
Federal de Seguros S/A	135.472
Federal Vida e Previdência S/A	127.799
Generali Brasil Seguros S/A	147.205
Gente Seguradora S/A	146.873
Icatu Seguros S/A	245.595
Itaú Seguros de Auto e Residência S/A	520.929
Itaú Seguros S/A	872.150
Itaú Vida e Previdência S/A	656.529
J. Malucelli Seguradora de Crédito S/A	133.121
J. Malucelli Seguradora S/A	178.141
Java Nordeste Seguros S/A	127.911
Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S/A	198.640
Mapfre Seguradora de Garantias e Crédito S/A	132.442
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	354.713
Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A	290.982
Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A	168.014
Marítima Seguros S/A	201.618
MBM Seguradora S/A	129.678
Mitsui Sumitomo Seguros S/A	181.418
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A	155.306
Nobre Seguradora do Brasil S/A	145.772
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	508.944
Porto Seguro Vida e Previdência S/A	182.652
PQ Seguros S/A	132.279
Previmax Previdência Privada e Seguradora S/A	130.826
Safra Seguros Gerais S/A	145.283
Safra Vida e Previdência S/A	197.061
Santander Seguros S/A	734.662
Sinaf Previdencial Companhia de Seguros	132.038
Tokio Marine Brasil Seguros S/A	177.872
Tokio Marine Seguradora S/A	320.254
UBF Seguros S/A	138.286
Usebens Seguros S/A	132.928
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	128.044
Vida Seguradora S/A	147.328
Total de ações	15.000.000

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido e seu saldo limitado a 20% do capital social.

(c) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos, com a finalidade de futura incorporação ao capital e/ou distribuição aos acionistas; o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social. Caso o referido capital seja ultrapassado, haverá capitalização ou distribuição do excesso.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Representava os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor justo das aplicações classificadas como "disponíveis para venda". Tais ganhos e perdas foram transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorreram as suas efetivas realizações financeiras.

(e) Dividendos obrigatórios

São calculados na proporção de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, conforme determina o estatuto da Seguradora Líder - DPVAT.

19. Imposto de renda e contribuição social

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	3.135	3.135	2.623	2.623
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
	784	470	656	393
Ajustes permanentes	(47)	3	(27)	(1)
	737	467	629	392

20. Ramos de atuação

	2011			2010		
	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comis- sionamento	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comis- sionamento
DPVAT (*)	25.282	87,02	1,46	23.964	87,04	1,43

(*) Concernente à participação da Seguradora Líder - DPVAT .

21. Detalhamento das contas de resultado

	2011	2010
(a) Prêmios cedidos - repasses obrigatórios	(3.353.749)	(2.899.205)
Fundação Nacional de Saúde - FNS	(3.018.374)	(2.609.284)
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN ..	(335.375)	(289.921)
(b) Sinistros retidos	(22.001)	(20.858)
Indenizações avisadas	(2.287.885)	(2.028.787)
Despesas com sinistros	(403.562)	(267.084)
Variação da provisão de sinistros ocorridos não avisados	(222.960)	(240.450)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	2.892.406	2.515.463
(c) Despesas de comercialização	(368)	(342)
Comissão sobre prêmios emitidos	(48.775)	(41.585)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	48.407	41.243
(d) Outras receitas e despesas operacionais	155	105
Com operações de seguros e resseguros	8.264	7.784
Recuperação de custo com emissão de bilhetes	206.921	183.955
Despesas com cobrança	(194.527)	(178.927)
Provisão sobre outros créditos operacionais	(160)	
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	(20.343)	(12.707)
(e) Despesas administrativas	(1.679)	(1.553)
Despesas com pessoal próprio	(41.555)	(37.505)
Despesas com serviços de terceiros	(15.748)	(14.691)
Despesas com localização e funcionamento	(14.454)	(14.343)
Despesas com publicidade e propaganda	(27.498)	(14.383)
Despesas decorrentes de convênios	(115.765)	(107.232)
Outras despesas administrativas	(3.308)	(2.119)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	216.649	188.720
(f) Despesas com tributos	(462)	(427)
Despesas com PIS	(8.466)	(7.047)
Despesas com COFINS	(52.100)	(43.367)
Outras despesas com tributos	(635)	(476)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	60.739	50.463
(g) Resultado financeiro	2.208	1.734
Receitas com títulos de renda fixa	17.735	12.947
Receitas dos Consórcios DPVAT - Distribuição (*) ..	(13.093)	(9.385)
Despesas com operações de seguros	(4.042)	(3.647)
Despesas dos Consórcios DPVAT - Distribuição (*) ..	1.608	1.819

(*) Correspondem a valores atribuídos às demais Seguradoras consorciadas, conforme quota de participação de cada uma.

22.